

# A QUESTÃO DA LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA: O MASSACRE DE CORUMBIARA <sup>1</sup>

Helena Angélica de Mesquita - Universidade Federal de Goiás/ Campus de Catalão; Rua Leopoldo de Bulhões, nº. 506, Apto.1203. Cep. 75703040, Catalão/GO -

[helena@wgo.com.br](mailto:helena@wgo.com.br)

*No lugar que havia mata,  
hoje há perseguição  
Grileiro mata posseiro  
só pra lhe roubar seu chão  
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão  
afora os que já morreram como aves de arribação  
Zé de Nana tá de prova  
naquele lugar tem cova,  
gente enterrada no chão*

...

*Pois mataram o índio, que matou grileiro  
que matou posseiro  
disse o castanheiro para o seringueiro*

*que o estrangeiro roubou seu lugar*

*Vital Farias<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O Brasil figura tristemente entre os países de maiores diferenças sociais. Num país com tais condições sociais, qualquer política de natureza repressiva terá pouca eficácia. Criminalizar meninos de rua e sem terra, além de ser um exemplo de política medíocre, não resolve os problemas, e não diminuem os conflitos, especialmente os conflitos por terra.

---

<sup>1</sup> Tese de Doutorado

<sup>2</sup> Saga da Amazônia – Vital Farias

Uma das causas desse estado de coisas é a questão agrária não resolvida. Questão agrária no sentido mais amplo, que vai além da própria reforma agrária, que, no dizer de José de Souza Martins<sup>3</sup>, seria a solução da questão, daquela que diz respeito às terras dos índios, dos posseiros, dos seringueiros, assim como às políticas agrícolas e agrárias, e até mesmo ambientais, que acabam por privilegiar o latifúndio em detrimento de grande parcela de trabalhadores que são excluídos, inclusive, do acesso à terra.

A história tem mostrado que os desterrados e desterritorializados têm-se organizado e têm enfrentado esta estrutura secular de dominação e espoliação. Os camponeses têm conseguido romper este cerco e, de certa forma, colocar a questão em evidência.

### **A LUTA PELA TERRA**

No governo Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), os meios de comunicação notificaram que a reforma agrária foi feita porque assentou um número grande de famílias. Mas segundo o professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes<sup>4</sup>, os assentamentos não se constituem em reforma agrária, porque, em sua maioria, são criados a partir de ocupações promovidas pelos camponeses, e então o governos é forçado a agir. Das 299.332 famílias assentadas no governo FHC, 256.4673 são famílias que ocuparam terras. E os assentamentos, apesar de necessários e muitas vezes eficientes, não alteram o poder dos latifundiários, porque a estrutura básica dos latifúndios continua intocada e intocável.

Nos oito anos de governo FHC houve um recrudescimento das forças conservadoras, explicitado no processo da reeleição, que reproduziu práticas politiqueiras que se acreditavam enterradas junto com a ditadura militar. Se a ditadura militar foi derrotada em 1985, em 1995 se instalou a ditadura das Medidas Provisórias, dos banqueiros e sobretudo dos coronéis latifundiários, travestidos de "ruralistas".

---

<sup>3</sup> MARTINS, 1996

<sup>4</sup> UNESP, Presidente Prudente

Se o governo FHC “promoveu” a reforma agrária, por outro lado aumentou as dificuldades dos pequenos produtores, reduziu os empregos no campo, e o que é mais grave, transformou conflitos por terra em massacre de posseiros.

A repressão aos movimentos dos trabalhadores foi muito mais pronta a ferrenha. Mesmo assim, cresceram as reivindicações e protestos. Novos movimentos surgiram nas cidades e no campo evidenciando a resistência do povo.

São movimentos que se manifestam evidenciados em novas estratégias, mas o conteúdo ainda é semelhante. Os indígenas estão há quinhentos anos lutando, fugindo, morrendo e resistindo numa luta contra o capital, representado por jesuítas, por senhores de engenho e hoje por grileiros, madeireiros, latifundiários, com o conivência do Estado.

Se a Amazônia era o último refúgio dos povos indígenas (OLIVEIRA, 1996, p. 12), disse-o bem o autor “era”, porque, por exemplo, em Rondônia, os projetos de colonização dirigidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não têm considerado os seus territórios. E embora tenha criado algumas “áreas de reserva indígena”, que são muito mais espaço de confinamento, tais áreas não são respeitadas e o massacre sobre os índios continua. As lutas dos índios já duram tanto quanto a história do país. Negros e índios lutavam contra o cativo, na nova ordem estabelecida pela Lei de Terras de 1850. A luta era contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, o que marca a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, (FERNANDES, 2000, p. 25), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MCC (Movimento Camponês Corumbiara), do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), etc.

A luta dos trabalhadores tem momentos e espaços de maior intensidade como foi Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Corumbiara, Eldorado do Carajás, que fazem parte da luta pela terra e pela liberdade (OLIVEIRA, 1996:13). OLIVEIRA diz que são memórias da capacidade de resistência e de contestação da expropriação e são também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas. O modelo de desenvolvimento do país, especialmente o que se refere ao campo, como no processo de modernização da agricultura é gerador de concentração e exclusão. A

estratégia da modernização adotada foi claramente conservadora e teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho. A forma foi uma renovação tecnológica com utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos e o emprego mínimo de mão-de-obra, com tendência à especialização da mesma. Não se modificou a estrutura fundiária, pelo contrário, a opção foi pelo modelo concentrador. A opção por este modelo começou a ser implantada a partir de 1950, principalmente com a triticultura e, posteriormente, com a soja, cujo incremento de cultivo se deu na década de 1970, coincidindo com as crises do petróleo, quando o país necessitava de novos produtos para o equilíbrio da balança de pagamentos. No mesmo período, houve um avanço também nas lavouras de cana-de-açúcar para a produção de combustível alternativo e esses cultivos, altamente capitalizados e multiplicadores de capital, se expandiram pelas regiões centrais do país, em substituição a cultivos tradicionais ou mesmo ocupando e devastando as áreas de cerrados, incorporando estas novas terras ao processo capitalista, modificando ecossistemas, destruindo veredas, contaminando mananciais, erodindo longas extensões de solos e alterando completamente as paisagens com os “mares de soja”.

O Brasil confirmou sua opção pelo modelo modernizante internacional ao fazer, entre outras iniciativas, uma legislação compatível com tal opção. Destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que, de certa forma, estendia os benefícios sócios trabalhistas dos operários urbanos aos trabalhadores rurais. Embora tal legislação tenha sido pouco eficaz no que se referia aos benefícios para o trabalhador, foi uma pretensa valorização do trabalhador do campo e a legitimação de novas relações sociais, no entanto, o instrumento mais específico para o avanço da modernização conservadora foi, sem dúvida, o Estatuto da Terra de 1964, cuja letra sugeria inclusive, reforma agrária, mas cujo espírito era tão somente fortalecer e legitimar o poder dos empresários rurais. Nesse sentido, o Estatuto foi muito eficiente, pois possibilitou a implantação das empresas rurais, criando os instrumentos eficazes para garantir maior articulação do processo produtivo e a expansão do latifúndio. Todos estes mecanismos institucionais colaboraram no sentido de viabilizar a opção modernizadora altamente excludente.

O modelo de desenvolvimento expropriou pequenos produtores, expulsou moradores e agregados e reduziu postos de trabalho no campo. Por outro lado a resistência dos trabalhadores foi evidenciada por muitos conflitos e dentre os mesmos a formação das Ligas Camponesas no nordeste nos anos de 1950 e 1960.

Em 1964 o golpe militar tentou golpear também a resistência dos trabalhadores, caçando, matando e “sumindo” com as lideranças em uma tentativa de destruir qualquer movimento que questionasse o regime. Os latifundiários que apoiaram a ditadura militar desde o nascedouro, se fortaleceram legalmente, legitimados pelo Estatuto da Terra. O estatuto, segundo OLIVEIRA, foi uma espécie de bandeira militar levada ao campo em luta para, através da guerra, impor a “paz na terra”.

A “Nova República” já nasceu velha, velha e rançosa, pois a nova “arrumação” do poder continuou calcada na influência dos latifundiários que para legitimar a violência no campo criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para contrapor ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a maioria da sociedade, na Constituinte. A UDR, gestada quando Íris Rezende era Ministro da Agricultura, 1985, teve como seu primeiro presidente o médico ortopedista Ronaldo Caiado. Este deputado federal votou contra o *impeachment* de Collor e faz parte de uma sangrenta oligarquia agrária de Goiás (SILVA, 1991, p. 47). A UDR utilizava uma retórica modernista, em um fantástico poder midiático, que o dinheiro lhe conferia, procurava convencer até pequenos produtores a empunhar a bandeira da integridade pessoal, da propriedade, da moral e contra a corrupção.

Na década de 1970 o Estado intensificou sua interferência no processo de “ocupação” da fronteira geográfica que passou a ser fronteira geopolítica e se explicitou a produção capitalista do espaço. Isso é muito claro nos estados do Centro – Oeste e Amazônia, especialmente no Estado de Rondônia, como abordamos aqui.

### **ALGUNS DESDOBRAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA EM RONDÔNIA.**

Em Rondônia, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como órgão coordenador da política agrária, interferiu fortemente e criou os Projetos integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD)

e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR). Os Projetos de Assentamento (PA) por sua vez só foram criados depois de 1980, a partir de grandes lutas e ocupações feitas por famílias que acabaram “sobrando” dos projetos de colonização.

Essa política de colonização funcionou como atrativo para populações de outras regiões do país, que se encaminhou em grandes levas para aquele estado. O modelo gerou uma brutal diferenciação entre os seguimentos de migrantes. Aqueles que possuíam capital financeiro e influência política se apropriaram das melhores áreas e das melhores terras para expandirem seus empreendimentos ou simplesmente, se apoderaram das terras como reserva de valor. Os que para Rondônia se dirigiram porque já haviam sido desterrados de outros lugares, quando conseguiam entrar nas terras, acabavam por valorizá-las com o seu trabalho e contraditoriamente torná-las, assim, inacessíveis a eles mesmos. Vêm então, seus sonhos frustrados pela ação dos grileiros e fazendeiros com a conivência dos organismos do Estado. Surge aí, um considerável contingente de sem terras que não se conformam com a situação e, organizados ou não, ocupam as áreas improdutivas, e em muitos casos, forçam o INCRA a tomar medidas para assentá-los. Dezenas de Projetos de Assentamentos (PA) em Rondônia, tiveram suas origens em ocupações. É o caso do PA Adriana, do PA Verde Seringal e Vitória da União no município de Corumbiara, que foram oriundos de grandes lutas. O sul de Rondônia se constitui uma área de grandes disputas por terras. Como era também uma área com forte presença indígena, essas populações também sofreram e sofrem com a ação dos grileiros, madeireiros, fazendeiros e do próprio Estado.

É nesse contexto que se insere o conflito na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, que, por causa da interferência de uns e a omissão de outros se transformou em um de seus maiores massacres de camponeses da história do Brasil. Massacre. E a questão de fundo é a impunidade que permite ao latifúndio se sobrepor às várias instâncias do poder constituído.

## **O CONFLITO NA FAZENDA SANTA ELINA**

No dia 14 de julho de 1995, centenas de famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam uma pequena parte dos 20 000 ha da Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara. Ao amanhecer do dia 15 de julho o acampamento era uma realidade. Nascia rapidamente um espaço de esperança. Como era uma área de mata, os camponeses construíram os barracos sob as árvores mais altas para proteger a pequena cidade de lona dos constantes vôos de intimidação praticados por fazendeiros e policiais. O acampamento ficava separado do Assentamento Adriana por um riacho de águas límpidas. Neste assentamento os camponeses encontraram apoio e solidariedade, e lá pretendiam se refugiar em caso de cerco ao acampamento, mas não tiveram a mínima chance, pois o cerco aconteceu de madrugada, quando todos estavam desmobilizados. E a Polícia Militar e os jagunços estabeleceram seu quartel general (QG), justamente na área coletiva do Assentamento Adriana, essa área é limítrofe ao local do acampamento. A ocupação da Fazenda Santa Elina era mais um dos quatrocentos e quarenta conflitos por terra que ocorreram no Brasil em 1995 e um dos quinze que aconteceram só em Rondônia naquele ano (dados da Comissão Pastoral da Terra).

A justiça foi muito rápida em atender os latifundiários. No dia 19 de Julho já havia sido expedida a liminar de manutenção de posse em favor do latifundiário e um grupo de policiais chegou muito cedo ao acampamento para dar cumprimento à mesma. Foi o primeiro confronto e um posseiro foi ferido a bala pelas costas. Foi formada, então, uma comissão de negociação composta pelo secretário do Governador, um deputado do Partido dos Trabalhadores, um funcionário do Instituto de Terras de Rondônia (ITERON) e o vereador Manuel Ribeiro, o Nelinho do PT (assassinado pelo latifundiário quatro meses depois). A comissão não teve tempo suficiente para agir, pois na madrugada do dia 09 de agosto, 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE) e outro tanto de jagunços e guachebas, fortemente armados, cercaram o acampamento que já estava sitiado e os posseiros não sabiam porque quem saía, ou tentava chegar, era preso, os acampados estavam completamente isolados

O conflito de Santa Elina foi semelhante a milhares de outros que acontecem todos os dias no Brasil. Famílias ocupam terras improdutivas e em muitos casos o governo é

obrigado a agir, desapropriando e assentando. Mas o conflito da Santa Elina foi se tornando tragédia à medida que os fazendeiros agiam e pressionavam o juiz, comandantes da Polícia Militar e o próprio governo.

## **O MASSACRE DE CORUMBIARA**

No dia 8 de agosto, na véspera do massacre, apesar de não terem a noção exata do número de policiais que fora mobilizado para aquela operação, os camponeses, depois de conversar com o Major comandante da operação, comemoraram, pois pensaram que tinham vencido mais uma batalha. O que eles não sabiam era que seus opositores estavam ali preparados para fazer uma guerra contra mulheres, crianças, jovens e velhos. Não sei se pode chamar de guerra o que foi uma chacina premeditada. As armas de defesa dos acampados eram as mesmas que usavam para caça, ou seja, dois revólveres, um calibre 38 e outro 22, espingardas velhas e as ferramentas de trabalho, inclusive motosserras, que não pertenciam a nenhum deles e que haviam sido emprestados por quem queria ajudar, e ainda, o que a polícia, o Inquérito Policial Militar (1PM) e o Inquérito Civil (IPL) chamou de “bombas de fabricação caseira” eram colmos de bambu recheados de pregos, parafusos, pedrinhas e pólvora com pavio de trapo, eram apenas duas e segundo informações dos posseiros, eles nem tiveram tempo de usá-las.

Em contrapartida, segundo os autos (Processo Judicial), as armas da Polícia Militar (PM), somente dos policiais do 3º Batalhão da Polícia Militar (BPM), foram: cento e setenta e cinco revólveres calibre 38; doze escopetas de calibre 12; cinco metralhadoras de 9mm; quatro pistolas; cinco mosquetes calibre 7,32; e cinco carabinas. Isso sem contar as armas da COE, dos PM que estavam de férias e estavam a serviço do fazendeiro, e ainda as armas e munições dos jagunços e da chamada PM2. Somente parte das armas da PM foram periciadas e três provas de balística foram positivas. As três balas eram de revólveres de PM e foram encontrados nos corpos de Hercílio e José Marconde, dois sem terra que foram executados depois de rendidos e imobilizados.

Os camponeses que viveram vinte e cinco dias de esperança da terra prometida, de repente abismaram-se num inferno dantesco, onde homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudos humanos por policiais e jagunços, trezentos e cinqüenta e cinco pessoas foram torturadas por mais de vinte e quatro seguidas e o acampamento foi destruído e incendiado com todos os parques pertences dos posseiros e todos ficaram, literalmente, sem lenço e sem documento. Naquele dia morreram dois policiais e nove posseiros inclusive a pequenina Vanessa, de apenas seis anos, cujo corpinho foi trespassado por uma bala “perdida”. Cinqüenta e cinco posseiros foram gravemente feridos, e quinze dias depois o corpo do jovem sem terra Sérgio Rodrigues Gomes foi encontrado boiando em um rio com terríveis sinais de tortura. Sérgio estava no acampamento da Santa Elina e chegou a ser preso e torturado na presença de um vereador e do prefeito de Corumbiara. Os familiares dos camponeses mortos tiveram muitas dificuldades para reconhecer os corpos, que não puderam, sequer, serem velados e foram enterrados como indigentes. Em dezembro do mesmo ano foi executado o camponês, Manuel Ribeiro cujo apelido era Nelinho que era vereador na cidade de Corumbiara. Nelinho foi um dos apoiadores dos camponeses que ocuparam a fazenda Santa Elina e segundo seus próprios adversários, um forte candidato a prefeito.

O massacre de Corumbiara teve repercussão nacional e internacional, e serviu, pelo menos, para por a “nu” realidade de luta pela terra no Brasil. Menos de um ano depois outro massacre aconteceu. O massacre de Eldorado do Carajás, onde 19 camponeses perderam a vida na luta pela terra. E outra vez a (in) justiça foi eficaz – a favor do latifúndio.

No caso Corumbiara, a apuração dos fatos, os processos judiciais e o júri, evidenciaram que os camponeses é que pagaram muito caro por terem sonhado com o acesso à terra e por terem ido à luta para concretizar aquele sonho, que, afinal, é o sonho de milhares de sem terra. Ninguém foi responsabilizado pelas torturas que aquelas pessoas sofreram, os órfãos e as viúvas estão desamparados, existe gente desaparecida até hoje, e muitos trabalhadores estão debilitados física e emocionalmente, impossibilitados de trabalhar por seqüelas causadas pelos maus tratos recebidos durante a “desocupação” da fazenda Santa Elina.

O Júri Popúlar que aconteceu em Porto Velho no período de 14/08 a 06/09 de 2000 comprovou que a justiça brasileira, especialmente em Rondônia, está a serviço do latifúndio. Durante o júri nenhum camponês foi ouvido, embora cerca de cem Integrantes do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) estivessem acampados na praça em frente ao Fórum. Entre eles estava a jovem Rosimeire Rosa Gatti, a Rose. Em 1995 Rose era uma franzina garota de dezesseis anos que foi usada como escudo humano pelo jagunço que executou o sem terra Marronzinho que já estava rendido, ajoelhado

e com as mãos na cabeça. Ali mesmo, o seu carrasco apoiou a carabina no ombro da menina e disparou...

A condenação, pelo júri, dos sem terra Cícero Pereira Leite Neto e Claudemir Gilberto Ramos, mesmo sem prova nos autos, e a exaltação, pelo próprio Ministério Público, dos oficiais que executaram aquela ação repressiva e criminosa coordenada e financiada por fazendeiros, foi prova evidente que a impunidade prevalece e que o crime do latifúndio contra o campesinato ainda compensa.

Os camponeses foram torturados por muitas horas seguidas, os laudos tanatoscópicos provam execuções sumárias e laudos da Faculté de Médecine Paris-Oeste confirmam a cremação de corpos humanos, em fogueiras, no acampamento da Fazenda Santa Elina.

### **UMA LEMBRANÇA A MAIS**

No dia 09 de agosto de 2006 completaram-se onze anos do massacre e o silêncio que se estabeleceu sobre este episódio reflete a realidade da luta pela terra no Brasil. As vozes de Corumbiara foram sufocadas no acampamento, nos processos judiciais e no júri popular. Prevaleceram as vozes dos policiais, dos jagunços, dos fazendeiros e dos políticos. Prevaleceu o latifúndio defendido veemente por promotores de “justiça”. E a mãe do jovem Darli ainda espera a volta do filho...

### **BIBLIOGRAFIA**

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tribunal Internacional. Julgamento dos Massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara.** Comissão de Direitos Humanos, Centro de Documentação e Informação - Coordenação de publicações, Brasília, 1997.

CHAUI, M. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos.** 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA). **Conflitos no Campo Brasil.** Goiânia.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, J. S. Revisando a Questão Agrária. In: **Boletim do Militante MST.** No\_27, 1996. (mimeo).

MESQUITA, H. A. de. Algumas Considerações Acerca da Modernização da Agricultura. **Anais do V Encontro APIPSA Centro Oeste.** Goiânia, 1995.

MESQUITA, H. A. de. Corumbiara: O Massacre dos Camponeses. In: **Anais do 8<sup>o</sup> Encuentro de Geógrafos de América Latina.** Santiago, 2001.

MESQUITA, H. A. de. **Corumbiara: O Massacre dos Camponeses se estende ao/no Júri.** In: site [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br).

MESQUITA, H. A. de. Os Meninos vão à Luta. In: **Boletim Goiano de Geografia.** v. 20, n. 1/2, jan./dez. 2000.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo: Contexto, 1996.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena.** São Paulo: Paz e Terra.

SADER, M. R. C. de T. **Espaço de luta no Bico do Papagaio.** Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1986. (mimeo).

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988.

SILVA, E. I. da. A Região como Resultado de Múltiplos Processos. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Cegraf/UFG. Vol. 11. No\_1. Jan/Dez. 1991.

